

Depósito na Suíça irrita

OS americanos

Nova Iorque — O acordo entre Brasil e os bancos credores, para pôr fim à moratória, ainda não foi assinado, mas já começou a ser criticado pelos especialistas financeiros como “um artifício pior do que se os bancos emprestassem o dinheiro a si mesmos”.

O acordo, que está sendo discutido em Nova Iorque há duas semanas, é apenas um “artifício” para ganhar tempo em vista dos regulamentos bancários dos Estados Unidos, que obrigariam os bancos americanos a reclassificar — rebaixando — os empréstimos brasileiros, e criar reservas de até 10% dos montantes comprometidos com o Brasil.

Esta medida afetaria os lucros e o capital dos bancos, e intensificaria o nervosismo reinante nos mercados de valores norte-americanos, após a crise de 19 de outubro na Bolsa de Nova Iorque. Isso explica a presença do presidente da Reserva Federal, Alan Greenspan, e do secretário do Tesouro, David Mulford, na redação da fórmula posta sobre a mesa de negociações.

O objetivo dos credores é que o Brasil pague 4,5 bilhões de dólares em juros, correspondentes a 1987, a maior parte deles atrasados desde a decretação da moratória, em 20 de fevereiro último.

O esquema desenhado por Mulford e Greenspan, em consulta com o principal negociador brasileiro, Fernão Bracher, e o presidente do comitê bancário, representante dos credores brasileiros, William H. Rhodes, é o de um “pagamento retido” que seria depositado em conta especial, em um instituto independente como o Banco de Ajustes Internacionais de Brasília (Suíça), ou a Reserva Federal de Nova Iorque. O Brasil depositaria nessa conta 1,5 bilhão em 15 de novembro, e os bancos 3 bilhões.

O porta-voz de um dos principais bancos norte-americanos credores do Brasil admitiu que o plano equivale a desembolsar mais dinheiro para que o País possa pagar os juros, e acrescentou que “somente o tempo dirá” se o acordo significará “aplicar um bom dinheiro em cima de um mau negócio”.

Stephen Berman, analista bancário de uma firma de valores de Nova Iorque assinalou, entretanto, que a fórmula não difere muito do que se vem fazendo desde 1982, ou seja, emprestar mais dinheiro para que os devedores possam pagar os juros.

A fórmula é um dos fatores do Plano Baker, que supõe também a intervenção do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e dos governos do Clube de Paris, para levar os países devedores a realizar reformas econômicas que os coloquem em uma posição de maior solvência.

No caso do Brasil, as dúvidas são ainda maiores, porque o esquema provisório aumenta suas dívidas em 3 bilhões de dólares, sem que o Governo do presidente José Sarney tenha se comprometido com um programa do FMI. O plano não permitiria aos bancos norte-americanos considerar como “ingressos” os juros pagos com os 3 bilhões de dólares de novos empréstimos, depositados em uma conta “intocável” que está sendo considerada pela primeira vez desde a eclosão da crise da dívida externa em 1982.

Por outra parte, uma alta fonte bancária, que pediu para não ser identificada, disse que “é impossível” afastar de sua mente as preocupações despertadas pela instabilidade política do Brasil, onde “correm rumores” sobre uma possível renúncia do ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Os banqueiros acreditam que o acordo “provisório” lhes daria até o final do ano para negociar um acordo definitivo, mas teriam de encarar depois o pacote de propostas apresentado por Bresser em setembro passado.